

Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

(Em Milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR é uma Sociedade de Economia Mista que tem por objetivo social, por delegação do Estado do Paraná e de seus municípios, a exploração de serviços de saneamento básico, principalmente a distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, além da realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações, ampliações de redes de distribuição de água e redes de coleta e tratamento de esgoto sanitário e prestação de serviços de consultoria e assistência técnica em suas áreas de atuação. A Companhia também colabora com órgãos e entidades federais, estaduais, municipais e outras em assuntos pertinentes ao desenvolvimento de seus objetivos básicos.

A Companhia, por meio de concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. As renovações dos contratos de concessão têm, em média, seu prazo de validade definido entre 20 e 30 anos. De um total de 345 sedes municipais operadas, aproximadamente 29,6% dos contratos de concessão estão em processo de renovação por estarem vencidos, 8,1% vencem de 2011 a 2020 e 62,3% foram renovados tendo seus vencimentos após 2020. Para os casos de concessões que não forem renovadas, quando do seu vencimento, o município deverá ressarcir à Companhia os valores contábeis residuais dos ativos relacionados à concessão. Até 31 de dezembro de 2010, os bens patrimoniais relacionados às concessões estão registrados no ativo imobilizado, não houve até esta data modalidade de contrato de acordo com as novas regras da Lei 11.445/2007 - Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico.

Apenas a concessão do município de Curitiba possui regras que determinam um custo pela concessão a ser pago pela Companhia, conforme indicado na nota 12.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09. Foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e, ainda, com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Companhia em 22 de março de 2011.

A Companhia está divulgando a Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, a qual não é requerida pela legislação vigente. Essa demonstração objetiva permitir análises adicionais sobre as demonstrações contábeis básicas apresentadas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -- continuação

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas considerando a adoção da totalidade dos Pronunciamentos, das Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários até 31 de dezembro de 2010 em convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS. Dessa forma, e tendo por objetivo preservar a comparabilidade entre os exercícios, a Companhia reclassificou o saldo de abertura em 01 de janeiro de 2009 e o balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, conforme apresentado a seguir:

Ativo	2008	Ajuste	2008
	Divulgado		Reclassificado
Circulante			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12.721	(12.721)	-
Não Circulante			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	178.498	12.721	191.219
Depósitos Judiciais	-	64.046	64.046
Total do Ativo	4.668.298	64.046	4.732.344
Passivo			
Circulante			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.901	(5.901)	-
Não Circulante			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	110.319	5.901	116.220
Provisão para Contingências	108.524	64.046	172.570
Total do Passivo	4.668.298	64.046	4.732.344

Ativo	2009	Ajuste	2009
	Divulgado		Reclassificado
Circulante			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13.725	(13.725)	-
Não Circulante			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	213.270	13.725	226.995
Depósitos Judiciais	-	86.344	86.344
Total do Ativo	4.858.229	86.344	4.944.573
Passivo			
Circulante			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.923	(5.923)	-
Não Circulante			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	104.859	5.923	110.782
Provisão para Contingências	104.204	86.344	190.548
Total do Passivo	4.858.229	86.344	4.944.573

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – continuação

Principais Pronunciamentos que Impactaram as Demonstrações Contábeis no Exercício de 2010:

Ativo Imobilizado

De acordo com o CPC 27, a Companhia realizou estudo técnico de revisão da vida útil econômica estimada e as correlatas taxas de depreciação/amortização de seus bens patrimoniais, conforme demonstrado na nota explicativa nº 8 “e”. As novas taxas foram adotadas pela Companhia em suas demonstrações contábeis a partir de 01/01/2010.

A Companhia considerou essa nova estimativa de vida útil de seus bens patrimoniais como mudança de estimativa contábil, produzindo efeitos contábeis a partir do período corrente, sem efeitos retrospectivos sobre os saldos contábeis apresentados para fins comparativos.

Custo Atribuído

Em atendimento a ICPC 10, a Companhia identificou alguns bens ainda em operação, com provável geração futura de caixa, apresentando valor contábil inferior ao seu valor justo.

Dessa forma, a partir de 1º de janeiro de 2010, a Companhia adotou um novo valor em substituição ao valor contábil original de aquisição e vida útil remanescente demonstrados na nota explicativa nº 8 “f”.

Demais Pronunciamentos e Interpretações

As Interpretações e os Pronunciamentos Técnicos emitidos, a partir de 2009, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em vigor em 31 de dezembro de 2010, estão sendo adotados integralmente nas demonstrações contábeis da Companhia.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis foram:

a) Caixa e Equivalentes

Incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras que são demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com as taxas pactuadas com as Instituições Financeiras, calculadas *pro rata die* e apropriadas mensalmente;

b) Contas a Receber de Clientes

Incluem os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativas pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio de cada cliente. O saldo de contas a receber referente a parcelamentos foi ajustado a valor presente;

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- continuação

c) Provisão para Perdas na Realização de Créditos

Foram constituídas com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes;

d) Estoques

Os estoques são formados principalmente por materiais de manutenção e conserto, registrados por seus custos médios de aquisição, no Ativo Circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização;

e) Investimentos

São avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável;

f) Capitalização de Juros e Encargos Financeiros

Os juros e demais encargos financeiros relacionados a financiamentos de bens do imobilizado em andamento, são apropriados ao custo dos mesmos;

g) Imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, incluindo reavaliações procedidas em anos anteriores e os ajustes de avaliação patrimonial ao novo custo atribuído, deduzido das depreciações calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas indicadas na nota 8. O Imobilizado não supera o seu provável valor de recuperação e foi submetido ao *impairment test*;

h) Intangível

O intangível é registrado ao custo de aquisição, contratação ou do Contrato de Concessão. A amortização é calculada pelo prazo de vigência do contrato, mencionado nas notas explicativas n^{os} 8 e 12. O intangível não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido ao *impairment test*;

i) Imposto de Renda e Contribuição Social

São registrados com base no lucro tributável e alíquotas vigentes, sendo para o IRPJ 15% mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido pela legislação, e para a Contribuição Social 9%;

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados com base nas alíquotas vigentes destes impostos e registrados no ativo não circulante e passivo não circulante, em função da determinação legal conforme CPC 26 e 32, que trata das diferenças temporárias base destes impostos, conforme nota 15.c. Quando da sua constituição, a Companhia efetuou análises que demonstram serem estes tributos recuperáveis pelas suas operações futuras;

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- continuação

j) Passivo Circulante e Não Circulante

Todos os passivos são registrados pelos valores conhecidos ou estimados e, quando aplicável, atualizados *pro rata die*, até a data de encerramento das demonstrações contábeis, com base nos indicadores e encargos pactuados, sem a necessidade de ajuste a valor presente;

k) Apuração dos Resultados

As receitas e despesas são reconhecidas com observância ao regime de competência. A receita de fornecimento de água e coleta de esgoto, inclui montantes faturados aos clientes em uma base cíclica (mensal) e montantes não faturados, os quais são calculados com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil;

l) Juros sobre o Capital Próprio

Foram calculados de acordo com a legislação vigente, respeitado o limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido ajustado;

m) Transações com Partes Relacionadas

A Companhia realiza transações comerciais com diversas partes relacionadas, destacando-se o Estado do Paraná e alguns municípios, em condições usuais de mercado, conforme demonstrado na nota 18;

n) Benefícios Pós-emprego Concedidos aos Empregados

A Companhia mantém um plano misto de aposentadoria (contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados e pensionistas) e na área de saúde patrocina um plano de benefícios médicos e odontológicos para seus empregados e aposentados, cujos efeitos são reconhecidos pelo regime de competência e de acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação nº 600 da CVM, conforme demonstrado na nota 26;

o) Questões Ambientais

As operações da Companhia estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são amenizados por procedimentos operacionais rígidos e investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas ao resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados. A Administração da Companhia acredita que nenhuma provisão adicional para perdas, relacionadas a questões ambientais, é necessária atualmente com base na legislação ambiental em vigor no Brasil;

p) Uso de Estimativas

A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Companhia utilize estimativas e premissas que afetam os montantes divulgados nestas informações e notas explicativas. Os resultados efetivos poderão ser diferentes de tais estimativas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	2010	2009
Caixa	31	21
Depósitos Bancários Livres	1.190	2.268
Depósitos Bancários Vinculados	7.216	8.184
Aplicações Financeiras (1)	88.004	108.982
Total	96.441	119.455

(1) São constituídas por fundos de renda fixa aplicados junto a Caixa Econômica Federal, com remuneração média de 99,43% do CDI (99,19% em 2009).

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Os saldos de contas a receber de clientes apresentam a seguinte composição por vencimento:

Descrição	2010	2009
Contas a Receber Vincendas	85.381	81.018
Contas a Receber de Parcelamentos	23.561	27.049
Ajuste a Valor Presente	(1.977)	(2.350)
Contas a Faturar (Consumo não Faturado)	59.668	58.512
	166.633	164.229
Contas a Receber Vencidas, líquidas:		
De 1 a 30 dias	41.666	40.955
De 31 a 60 dias	9.676	10.087
De 61 a 90 dias	4.933	4.710
De 91 a 180 dias	10.330	10.421
Mais de 180 dias	19.163	20.562
	85.768	86.735
Totais de Contas a Receber, líquidas	252.401	250.964
Curto Prazo	232.539	225.678
Longo Prazo	19.862	25.286

Do total de contas a receber vencidas, líquidas das perdas na realização de créditos, o montante de R\$20.306 (R\$24.112 em 2009), refere-se a pendências de Prefeituras Municipais; R\$47.212 (R\$48.766 em 2009) de Particulares; R\$18.250 (R\$13.857 em 2009) dos setores Estadual e Federal.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES -- continuação

b) A movimentação da provisão para perdas na realização de créditos foi a seguinte:

Descrição	2010	2009
Saldos no Início do Exercício	(65.482)	(64.843)
Valores Registrados como Despesa	(8.045)	(3.345)
Baixas, Líquidas das Recuperações	1.165	2.706
Saldos no Final do Exercício	(72.362)	(65.482)

c) O saldo de provisão para perdas na realização de créditos a receber apresenta a seguinte composição:

Descrição	2010	2009
Clientes Particulares (1)	39.467	37.666
Órgãos do Governo Federal (1)	110	119
Prefeituras Municipais (2)	32.785	27.697
Totais	72.362	65.482

(1) Registro de perdas das contas vencidas há mais de 180 dias.

(2) É constituída provisão para os créditos vencidos há mais de 2 anos.

Com o intuito de estimar os montantes de provisão para perdas na realização de créditos, a serem reconhecidos no período, a Administração da Companhia realiza análises de suas contas a receber, especialmente sobre os montantes vencidos, levando em consideração a composição dos saldos de contas a receber por idade de vencimento e a expectativa de recuperação em cada classe de consumo.

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	2010	2009
Imposto de Renda a compensar (1)	2.912	8.333
Contribuição Social a compensar (1)	182	1.360
Impostos e Contribuições retidos – órgãos públicos	1.395	1.501
Outros tributos a compensar	282	282
Totais	4.771	11.476
Curto Prazo	3.799	10.417
Longo Prazo	972	1.059

(1) Estes valores referem-se aos saldos negativos do exercício de 2010, relativos ao pagamento mensal por estimativa do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro – CSLL em comparação com o lucro real apurado. Estes valores estão sendo atualizados pela SELIC.

7. OUTROS CRÉDITOS E CONTAS A RECEBER

A composição em 31 de dezembro apresenta os seguintes valores:

Descrição	2010	2009
Adiantamentos a Empregados	2.453	2.540
Adiantamentos a Terceiros	17	31
Pagamentos Reembolsáveis	3.187	2.987
Depósitos Dados em Garantia	2.836	5.164
Depósitos Vinculados	7.016	7.096
Despesas Antecipadas	3.622	3.874
Cheques, Títulos e Outros	1.040	1.045
Totais	20.171	22.737
Curto Prazo	19.158	21.425
Longo Prazo	1.013	1.312

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Imobilizado

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas	2010		2009	
Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	
Sistemas de Água	2.758.876	(891.327)	1.867.549	1.795.210
Sistemas de Esgoto	2.375.407	(462.664)	1.912.743	1.655.166
Administração	137.761	(77.376)	60.385	43.092
Outras Imobilizações	21.222	(12.140)	9.082	7.465
Projetos e Obras em Andamento	496.685	-	496.685	543.519
Estoques para Obras	35.459	-	35.459	20.253
Totais	5.825.410	(1.443.507)	4.381.903	4.064.705

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL -- continuação

a) Imobilizado -- continuação

Por Natureza						2010	2009
Descrição	Taxa de Depreciação	Custo		Depreciação Acumulada		Valor	Líquido
		Custo	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Custo	Ajustes de Avaliação Patrimonial		
Terrenos	-	54.906	-	-	-	54.906	49.627
Poços	2,86%	79.245	3.610	(26.365)	(233)	56.257	50.044
Barragens	2%	127.549	10.167	(27.129)	(7.789)	102.798	102.128
Construções Cíveis	* 1,83%	1.183.499	47.214	(236.212)	(27.224)	967.277	945.586
Benfeitorias	2%	6.974	-	(1.103)	-	5.871	5.395
Tubulações	* 1,95%	2.392.198	344.121	(419.201)	(178.515)	2.138.603	1.909.877
Ligações Prediais	3,33%	327.594	7.396	(125.177)	(686)	209.127	169.551
Instalações	6,67%	36.587	1.785	(17.222)	(334)	20.816	14.652
Hidrômetros	10%	121.930	1.951	(60.375)	(365)	63.141	61.312
Macromedidores	10%	2.588	467	(1.391)	(92)	1.572	1.227
Equipamentos	* 6,22%	299.809	19.257	(159.858)	(2.662)	156.546	132.781
Móveis e Utensílios	7,14%	19.642	1.852	(14.132)	(454)	6.908	5.129
Equipamentos de Informática	* 19,78%	98.936	13.691	(64.615)	(5.324)	42.688	39.064
Ferramentas	6,67%	481	89	(363)	(8)	199	66
Veículos	* 13,05%	55.722	9.281	(44.636)	(3.370)	16.997	11.837
Máquinas, Tratores e Similares	* 19,35%	18.128	6.597	(16.334)	(2.338)	6.053	447
Proteção e Preservação Ambiental	20%	-	-	-	-	-	2.210
Projetos e Obras em Andamento	-	496.685	-	-	-	496.685	543.519
Estoques para Obras	-	35.459	-	-	-	35.459	20.253
Totais		5.357.932	467.478	(1.214.113)	(229.394)	4.381.903	4.064.705

* Taxa Média Ponderada

A Companhia procedeu reavaliações parciais de seus ativos em 1990 e 1991 e atribuição de custos ao Imobilizado em 2010, cujos saldos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, líquidos de depreciação acumulada, são de R\$238.084 e R\$195.159, respectivamente. A Administração da Companhia entende que a manutenção da reavaliação é adequada, visto que os bens reavaliados estão contabilizados a valores razoáveis de mercado e plenamente recuperáveis por suas operações, os quais serão mantidos até a sua efetiva realização.

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL -- continuação

a) Imobilizado -- continuação

O saldo de projetos e obras em andamento em 2010, refere-se a 119 obras de ampliação e implantação de Sistemas de Abastecimento de Água em 67 localidades, no montante de R\$104.960; 189 obras relativas a Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotos em 77 localidades, no montante de R\$318.492, e ainda R\$73.233 de investimentos em diversos projetos e obras operacionais nos sistemas operados pela Companhia.

Durante o exercício de 2010 foram capitalizados juros e demais encargos financeiros, incorridos sobre os recursos e empréstimos que financiaram as obras da Companhia, no montante de R\$11.070 (R\$7.760 em 2009).

b) Intangível

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	Taxa de Amortização	Custo	Amortização Acumulada	2010	2009
				Valor Líquido	
Concessão do Município de Curitiba (1)	3,33%	125.000	(37.847)	87.153	91.320
Concessão do Município de Cianorte (2)	5%	120	(50)	70	75
Programas de Informática	20%	11.296	(9.742)	1.554	2.078
Direitos de Uso de Linhas de Transmissão	6,25%	192	(141)	51	-
Proteção e Preservação Ambiental	20%	8.570	(3.912)	4.658	-
Totais		145.178	(51.692)	93.486	93.473

- (1) Custo do Contrato de Concessão onerosa, com prazo de vigência de 30 anos, cuja taxa de amortização é parte integrante dos custos relacionados à prestação de serviços de saneamento para o município de Curitiba, conforme mencionado na nota 12.
- (2) Custo do Contrato de Concessão com a Prefeitura Municipal de Cianorte para operação dos serviços públicos de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, pelo prazo de 20 anos.

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL -- continuação

c) Imobilizado e Intangível

O Ativo Imobilizado e Intangível apresentam a seguinte movimentação:

Descrição	2009	Custo Atribuído	Adições	Depreciação e Amortização	Baixas	Transferências	2010
Imobilizado							
Terrenos	49.627	-	1.437	-	-	3.842	54.906
Poços	50.044	3.610	58	(1.139)	(52)	3.736	56.257
Barragens	102.128	849	159	(2.363)	-	2.025	102.798
Construções Cíveis	945.586	122	2.578	(21.660)	(582)	41.233	967.277
Benfeitorias	5.395	-	183	(130)	(1)	424	5.871
Tubulações	1.909.877	1.115	16.335	(52.331)	-	263.607	2.138.603
Ligações Prediais	169.551	7.900	56	(8.397)	(1.041)	41.058	209.127
Instalações	14.652	1.795	832	(1.735)	(10)	5.282	20.816
Hidrômetros	61.312	2.323	12	(11.386)	(1.213)	12.093	63.141
Macromedidores	1.227	467	-	(246)	-	124	1.572
Equipamentos	132.781	19.497	9.631	(13.096)	(1.902)	9.635	156.546
Móveis e Utensílios	5.129	1.895	664	(1.003)	(59)	282	6.908
Equipamentos de Informática	39.064	13.889	2.620	(15.655)	(165)	2.935	42.688
Ferramentas	66	90	63	(15)	(1)	(4)	199
Veículos	11.837	9.347	1.458	(5.563)	(82)	-	16.997
Máquinas, Tratores e Similares	447	6.596	1.532	(2.524)	-	2	6.053
Proteção e Preservação Ambiental	2.210	-	115	(180)	-	(2.145)	-
Subtotais Imobilizado Operacional	3.500.933	69.495	37.733	(137.423)	(5.108)	384.129	3.849.759
Projetos e Obras em Andamento	543.519	-	343.856	-	(479)	(390.211)	496.985
Estoques para Obras	20.253	-	15.206	-	-	-	35.459
Totais Imobilizado	4.064.705	69.495	396.795	(137.423)	(5.587)	(a) (6.082)	4.381.903
Intangível							
Concessão do Município de Curitiba	91.320	-	-	(4.167)	-	-	87.153
Concessão do Município de Cianorte	75	-	-	(5)	-	-	70
Programas de Informática	2.078	-	280	(1.453)	-	649	1.554
Direitos de Uso de Linhas de Transmissão	-	-	-	(5)	-	56	51
Proteção e Preservação Ambiental	-	-	157	(876)	-	5.377	4.658
Totais Intangível	93.473	-	437	(6.506)	-	6.082	93.486
Total Geral	4.158.178	69.495	397.232	(143.929)	(5.587)	-	4.475.389

d) Análise do Valor de Recuperação dos Ativos

De acordo com o CPC 01/07, aprovado pela Deliberação CVM 527/07, a Companhia realizou estudo técnico para determinar o valor recuperável de seus ativos, utilizando as seguintes premissas:

- Para apuração do valor recuperável dos ativos da Companhia, foi adotado o método do valor em uso, considerando como unidade geradora de caixa os segmentos de água e esgoto e a empresa de forma global;

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL -- continuação

d) Análise do Valor de Recuperação dos Ativos -- continuação

- As estimativas de fluxos de caixa foram projetadas para um período de cinco anos
- As estimativas de fluxos de caixa foram realizadas em moeda constante, desconsiderando portanto, os efeitos da inflação nos fluxos de caixa e na taxa de desconto;
- Nas projeções das receitas, as premissas adotadas foram: o crescimento médio do número de ligações e do consumo médio em m³ por ligação, bem como a tarifa média por m³;
- O valor contábil dos ativos apurado, na data final das estimativas dos fluxos de caixa, foi considerado como valor recuperável, em virtude dos contratos de concessão atualmente em vigor estabelecerem indenização por parte dos municípios, em caso de não renovação ou quebra de contrato;
- A taxa de desconto utilizada, para trazer os valores apurados nos fluxos a valor presente, foi baseada no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), calculado na Companhia de 7,63%.

O estudo técnico nos levou a concluir que:

- O Ativo Imobilizado e Intangível que estão em operação, gerando fluxos de caixa, são plenamente recuperáveis, não sendo necessário constituir provisão para redução ao valor recuperável;
- O saldo contábil do Imobilizado e Intangível em operação em 31/12/2010, é de R\$3.943.245; e o valor presente dos ativos em uso na Companhia, conforme fluxos de caixa projetados até o ano de 2015, totaliza R\$5.381.247.

e) Estudo sobre a vida útil econômica dos Bens Patrimoniais

Em atendimento a Lei 11.638/2007, a Companhia, em 17 de agosto de 2009, constituiu comissão interna, composta por funcionários da empresa, com reconhecida competência em suas áreas de atuação, para realizar estudo técnico para apuração da vida útil remanescente do ativo imobilizado e intangível e consequente definição das novas taxas de depreciação/amortização a serem aplicadas no âmbito da Sanepar. A equipe foi composta por 2 Contadores, 1 Analista de Sistemas, 2 Engenheiros Civis, 1 Engenheiro Mecânico, 1 Engenheiro de Materiais e 1 Engenheiro Elétrico.

Para o desenvolvimento do estudo técnico o Ativo Imobilizado e o Intangível foram segmentados em grupos de bens de acordo com a sua natureza e representatividade. No primeiro grupo, para o qual foi dado maior importância e peso no estudo, encontram-se os bens que representam uma parte significativa do valor total do imobilizado e intangível da Companhia, entre os quais cita-se as tubulações de redes de água e de esgoto e unidades construtivas (barragens, estações de tratamento de água e de esgoto e demais construções civis).

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL -- continuação

e) Estudo sobre a vida útil econômica dos Bens Patrimoniais -- continuação

No segundo grupo estão os itens de importância relativa conforme a quantidade de bens e seu valor total com relação ao imobilizado e intangível, entre os quais encontram-se máquinas, equipamentos e veículos, sendo que para esse grupo os estudos foram focados no histórico da Companhia e nas características construtivas que interferem na expectativa de durabilidade.

Para os demais itens do imobilizado e intangível, tais como móveis, utensílios, microinformática, telecomunicações, equipamentos eletromecânicos e ferramentas, foi considerado o histórico de utilização, reposição e baixa dos bens.

A adoção das novas taxas de depreciação/amortização, a partir de 01/01/2010, impactaram positivamente o resultado da Companhia, no exercício de 2010, na ordem de R\$15.008.

Foram considerados também, neste estudo, os aspectos de atribuição de valor residual aos ativos conforme o CPC 27 e a ICPC 10, e analisando as particularidades do setor de saneamento, constata-se a pouca probabilidade de venda de bens patrimoniais operacionais. Diante disso, a comissão constituída para o estudo concluiu pela não atribuição do valor residual aos ativos ao final da vida útil estimada.

A seguir apresentamos, por natureza dos bens, a vida útil e as taxas de depreciação:

Descrição	Vida Útil		Taxa de depreciação/ amortização		
	Anterior	Atual	Anterior (a)	Atual (b)	
				Nominal	Média Ponderada
Imobilizado					
Poços	20 anos	35 anos	5%	2,86%	-
Barragens	33 anos	50 anos	3%	2%	-
Construções Cíveis	50 anos	50 e 60 anos	2%	1,67% e 2%	1,83%
Benfeitorias	50 anos	50 anos	2%	2%	-
Tubulações	52 anos	30 a 60 anos	1,93%	1,67% a 3,33%	1,95%
Ligações Prediais	20 anos	30 anos	5%	3,33%	-
Instalações	10 anos	15 anos	10%	6,67%	-
Hidrômetros	10 anos	10 anos	10%	10%	-
Macromedidores	10 anos	10 anos	10%	10%	-
Equipamentos	10 anos	12 a 20 anos	10%	5% a 8,33%	6,22%
Móveis e Utensílios	10 anos	14 anos	10%	7,14%	-
Equipamentos de Informática	5 anos	5 a 20 anos	20%	5% a 20%	19,78%
Ferramentas	5 anos	15 anos	20%	6,67%	-
Veículos	5 anos	5 a 10 anos	20%	10% a 20%	13,05%
Máquinas, Tratores e Similares	4 anos	4 e 10 anos	25%	10% e 25%	19,35%
Intangível					
Concessão do Município de Curitiba	30 anos	30 anos	3,33%	3,33%	-
Concessão do Município de Cianorte	20 anos	20 anos	5%	5%	-
Programas de Informática	5 anos	5 anos	20%	20%	-
Direitos de Uso de Linhas de Transmissão	10 anos	16 anos	10%	6,25%	-
Proteção e Preservação Ambiental	5 anos	5 anos	20%	20%	-

(a) Refere-se à taxa de depreciação/amortização que foi utilizada até 31/12/2009.

(b) Refere-se à taxa de depreciação/amortização utilizada a partir de 01/01/2010, com base em estudos internos da Companhia.

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL -- continuação

f) Custo Atribuído

De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 10, aprovada pela Deliberação CVM nº 619 de 22/12/2009, a Companhia, em conexão com o estudo técnico de revisão da vida útil, identificou bens patrimoniais ainda em operação gerando benefícios econômicos para a entidade, com valor contábil inferior ao valor justo, ou mesmo com valor igual a zero.

A seguir apresentamos, resumo por natureza, do valor contábil anterior e do novo custo atribuído:

Descrição	Valor Contábil em 31/12/2009	Custo Atribuído	Valor Contábil em 01/01/2010	Vida Útil Remanescente (em meses)
Imobilizado				
Poços	92	3.610	3.702	180
Barragens	6	849	855	201
Construções Cíveis	8	122	130	120 a 300
Tubulações	6	1.115	1.121	120 a 720
Ligações Prediais	1.207	7.900	9.107	120
Instalações	93	1.795	1.888	60
Hidrômetros	252	2.323	2.575	60
Macromedidores	-	467	467	60
Equipamentos	419	19.497	19.916	24 a 120
Móveis e Utensílios	34	1.895	1.929	48
Equipamentos de Informática	48	13.889	13.937	30 a 240
Ferramentas	1	90	91	120
Veículos	12	9.347	9.359	120
Máquinas, Tratores e Similares	84	6.596	6.680	150
Totais	2.262	69.495	71.757	

O registro contábil do Custo Atribuído ao Ativo Imobilizado no montante de R\$69.495 teve como contrapartida a conta de Patrimônio Líquido denominada de Ajustes de Avaliação Patrimonial no montante de R\$45.867 e a conta de Tributos Diferidos no Passivo Não Circulante no montante de R\$23.628. Na medida em que os bens forem depreciados ou baixados em contrapartida do resultado, os respectivos valores serão realizados e transferidos para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados e para a conta de Tributos Correntes. A adoção desse novo custo, impactou negativamente o resultado da Companhia durante o exercício de 2010, por conta do aumento dos custos e das despesas com depreciação e baixas no montante de R\$17.575.

g) Política de Distribuição de Dividendos

Os impactos decorrentes da implantação destes novos Pronunciamentos foram considerados integralmente nos resultados e consequentemente no cálculo da distribuição dos Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio, de acordo com a legislação societária e o estatuto social da Companhia.

9. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

a) A composição de empréstimos, financiamentos e debêntures é a seguinte:

Descrição	Taxa de Juros Anual Nominal	Indexador	Vencimento Final	2010	2009
Repasse do Banestado/Itaú (BID e BIRD):					
· Paraná Urbano – BID II (1)	11,00%	-	2014	22.039	33.258
Caixa Econômica Federal – CEF (2)	5,00% a 12,00%	TR	2033	643.651	598.647
Banco do Brasil S/A (3)	7,50%	TR	2014	128.895	161.539
Município de Maringá – CEF/CURA	6,00%	TR	2014	188	238
Empreiteiros – Parcerias (4)	7,25%	TJLP	2010	-	512
Debêntures (5)	9,23%	TJLP	2012	88.541	132.812
BNDES (6)	7,55% a 8,19%	TJLP	2023	129.884	45.203
Subtotais				1.013.198	972.209
Parcelas Vencíveis a Curto Prazo				(172.830)	(148.192)
Empréstimos e Financiamentos				(128.368)	(103.538)
Debêntures				(44.462)	(44.654)
Parcelas Vencíveis a Longo Prazo				840.368	824.017

TR = “Taxa Referencial”, taxa de juros estabelecida mensalmente pelo Banco Central do Brasil. A taxa acumulada da TR para o ano, findo em 31 de dezembro de 2010, foi de 0,69% (0,71% no ano de 2009).

TJLP = “Taxa de Juros de Longo Prazo”, taxa de juros estabelecida trimestralmente pelo Banco Central do Brasil. Em 2010, a taxa anual da TJLP foi de 6,0% (Em 2009 foi de 6,13%).

- (1) Banestado/Itaú (Agente Financeiro do Programa Paraná Urbano – BID II) – empréstimos com recursos oriundos do Sistema de Financiamentos Municipais, cujo Órgão Gestor é o Serviço Social Autônomo - Paranaidade. Os empréstimos são garantidos pelas receitas próprias da Companhia. A taxa de administração está incluída na taxa de juros. Os juros são calculados com base na Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, acrescidos de uma margem de 5% ao ano, sendo pagos mensalmente.
- (2) Caixa Econômica Federal – formado por 227 contratos firmados com a Caixa Econômica Federal, com recursos oriundos do FGTS, utilizados para aumentar e melhorar a cobertura dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, de diversas cidades do Estado do Paraná, bem como para o desenvolvimento institucional com a implementação de programas de melhorias operacionais e redução de perdas. Esses empréstimos são garantidos em parte pelo sistema de abastecimento de água de Curitiba, na forma de penhor industrial, no montante de R\$145.185 e pelas receitas próprias da Companhia. Mediante o Contrato de Repactuação de Garantia e Outras Avenças nº 411 PGFN/CAF, de 25/04/2008, 35 contratos que a União adquiriu da Caixa, por força da MP nº 2196-3, de 2001, passaram a ser garantidos por 16% do total da arrecadação proveniente do pagamento das tarifas de água e esgoto no Estado, até o limite do saldo devedor total atualizado dos referidos contratos. A taxa média ponderada de juros é de 7,17% ao ano, acrescida da taxa de administração de até 2,00%, havendo contratos sem taxa de administração e outros com percentuais de 1,01%, 1,41% e 2,00% ao ano. A taxa de risco de crédito é de até 1,70% ao ano, havendo contratos com taxas de risco de 0,30%, 0,50%, 1,00% e 1,70% ao ano.

9. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES -- continuação

- (2) O prazo final para pagamento é em 2033. Adicionalmente, a Companhia deverá manter junto à Caixa Econômica Federal, na vigência dos contratos de financiamentos, uma conta reserva, cujo saldo em 31/12/2010 é de R\$7.187 (R\$6.650 em 2009), equivalente a um encargo mensal, valor esse registrado em depósitos vinculados no Ativo Não Circulante.
- (3) Banco do Brasil S/A – empréstimo relativo ao refinanciamento de dívidas junto à CEF – Caixa Econômica Federal. Esses empréstimos são garantidos pelas receitas próprias da Companhia e pelo Estado do Paraná. A taxa de administração é de 0,10% ao ano, acrescida da taxa de juros.
- (4) Empreiteiros – refere-se a 01 contrato com construtora que executou obras para a Companhia de forma financiada. Em garantia desse contrato foram oferecidos recebíveis da Companhia no montante da dívida para a quitação de eventuais débitos não honrados. A taxa de juros é de 7,25% ao ano. O pagamento da última parcela ocorreu em 30/08/2010.
- (5) Debêntures – emitidas em 15/12/2002 para colocação em 4 séries, com valor nominal unitário de um milhão de reais, sendo: a 1ª série com 95 debêntures, a 2ª série com 55 debêntures, a 3ª série com 50 debêntures e a 4ª série com 20 debêntures, totalizando 220 debêntures no montante total de R\$220.000, as quais foram colocadas pela Sanepar em 20/12/2002, 06/06/2003, 28/07/2005 e 29/04/2008, respectivamente. Essas debêntures são do tipo simples, nominativas, escriturais, sem emissão de cautelas e certificados, não endossáveis e não conversíveis em ações, com garantia flutuante nos termos do artigo 58 § 1º, da Lei 6.404/76, e com garantia adicional de vinculação de 20% da receita arrecadada proveniente da prestação de serviços de água e esgotamento sanitário. As debêntures estão sendo amortizadas em 84 parcelas mensais e consecutivas com remuneração de 3,63% ao ano, acima da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central. A 4ª série colocada pela Sanepar em abril de 2008, está sendo amortizada em igual número de parcelas restantes das demais séries, e teve o início de amortização em 15/05/2008.
- (6) BNDES – formado por 3 contratos firmados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, com recursos originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e do Fundo de Participação PIS/PASEP, que serão utilizados na perfuração de poços no Aquífero Guarani e sua operacionalização e, também, para a ampliação e otimização dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em diversos municípios do Estado do Paraná. Esses empréstimos são garantidos pelas receitas próprias da Companhia e pela conta reserva, mantida junto à Caixa Econômica Federal, com saldo não inferior às 03 próximas parcelas vincendas, cujo saldo em 31/12/2010 é de R\$6.022 (R\$1.547 em 2009), registrado em Depósitos Vinculados no Ativo Não Circulante. Os contratos serão amortizados da seguinte forma: (i) dois contratos tiveram o início da amortização após o período de carência, em 108 parcelas mensais e sucessivas, com vencimentos a partir de maio de 2010 e janeiro de 2011, respectivamente, e serão remunerados a taxa de 2,5% ao ano, acima da TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central do Brasil; e (ii) um contrato será amortizado, após o período de carência, em 138 parcelas mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira parcela em agosto de 2011, e será remunerado à taxa de 1,82% ao ano, acima da TJLP.

No caso de a TJLP ser superior a 6% ao ano, o montante que vier a exceder esse índice será incorporado ao saldo devedor principal. Os percentuais de 2,5% e 1,82% ao ano acima da TJLP, acrescido da parcela não capitalizada da TJLP de 6% ao ano, incidirão sobre o saldo devedor do principal, já compreendida a parcela capitalizada. O montante de juros apurado será pago trimestralmente durante o período de carência e mensalmente durante o período de amortização do principal.

9. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES -- continuação

b) Os empréstimos, financiamentos e debêntures apresentam a seguinte movimentação:

Descrição	2010		2009	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Saldos no início do exercício	148.192	824.017	140.338	853.213
Liberações	-	181.242	-	111.598
Juros e Taxas	92.364	14	94.333	81
Variações Monetárias	-	5.191	-	5.537
Transferências	170.096	(170.096)	146.412	(146.412)
Amortizações	(237.822)	-	(232.891)	-
Saldos no final do exercício	172.830	840.368	148.192	824.017

c) Os vencimentos de longo prazo dos financiamentos e debêntures estão assim distribuídos:

Anos de Vencimento	Financiamentos	Debêntures	Total
2012	124.209	44.079	168.288
2013	113.752	-	113.752
2014	76.566	-	76.566
2015	61.633	-	61.633
2016	54.671	-	54.671
2017 a 2033	365.458	-	365.458
Total	796.289	44.079	840.368

10. CRÉDITOS PARA AUMENTO DE CAPITAL

a) A composição dos Créditos para Aumento de Capital é a seguinte:

Descrição	2010	2009
Empréstimos e Financiamentos		
Paranásan – Contrato subempréstimo – Estado/JBIC	185.051	185.051
Paranásan – Acordo Formal – Estado do Paraná	156.159	156.159
Outros – Acordo Formal – Estado do Paraná	25.810	25.810
Total de Empréstimos e Financiamentos (1)	367.020	367.020
Saldo de Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio (2)	17.608	17.608
Paranásan – Liberações ocorridas na vigência do contrato (3)	177.296	177.296
Remuneração (4)	316.540	266.815
Saldo até 31 de dezembro de 2010	878.464	828.739

(1) Saldo de Empréstimos e Financiamentos, transformado em Créditos para Aumento de Capital, conforme Termo de Resilição celebrado entre a Sanepar e o Estado do Paraná em 18 de dezembro de 2003.

10. CRÉDITOS PARA AUMENTO DE CAPITAL – continuação

- (2) Saldo de Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio decorrente do encontro de contas realizado, em 15 de dezembro de 2003, entre a Sanepar e o Estado do Paraná. Os créditos de Juros sobre o Capital Próprio do exercício de 2002, no valor de R\$34.743, possibilitaram a quitação de débitos relativos a faturas de água e esgoto, no montante de R\$17.135, e o saldo remanescente de R\$17.608, a favor do Estado do Paraná, foi transferido para a conta de Créditos para Aumento de Capital.
- (3) Recursos repassados na forma do acordo de empréstimo BZ-P13, firmado entre o Estado do Paraná e o “JBIC – Japan Bank for International Cooperation”. Estes valores foram registrados diretamente como Créditos para Aumento de Capital, conforme previsto na Cláusula Terceira do Termo de Resilição Amigável, de 18 de dezembro de 2003.
- (4) Remuneração dos saldos dos créditos destinados a aumento de capital, existentes em 31 de dezembro de 2003 e aportes realizados na vigência do contrato, pela TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, conforme acordo entre a Sanepar e o Estado do Paraná, aprovado pela 9ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, em 13 de setembro de 2005.

11. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A composição em 31 de dezembro apresenta os seguintes valores:

Descrição	2010	2009
Programas Vinculados à Agência Nacional de Águas - ANA	9.014	9.827
Contratos e Convênios com Terceiros	5.820	3.325
Convênios com Prefeituras Municipais	1.548	4.301
Adiantamentos de Clientes	-	363
Cauções e Valores a Reembolsar	3.609	4.311
Totais	19.991	22.127
Curto Prazo	13.819	15.315
Longo Prazo	6.172	6.812

12. CONTRATO DE CONCESSÃO

A Companhia possui contrato de concessão onerosa para exploração de serviços públicos de abastecimento de água e de coleta, remoção e tratamento de esgoto sanitário com a Prefeitura Municipal de Curitiba, pelo prazo de 30 anos, assinado em 06 de dezembro de 2001. Com base neste contrato, foi fixado o montante a ser pago pela concessão, num total de R\$125.000, devidos em parcelas distintas no decorrer do contrato, corrigidos com base na variação do IPCA divulgado pelo IBGE. O saldo em 31 de dezembro de 2010 é de R\$94.909 (R\$94.350 em 2009), sendo R\$5.016 (R\$4.736 em 2009) registrados no passivo circulante e R\$89.893 (R\$89.614 em 2009) no passivo não circulante.

13. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

A composição em 31 de dezembro apresenta os seguintes valores:

Descrição	2010	2009
COFINS a Pagar	7.383	7.208
PASEP a Pagar	1.603	1.565
CSLL – Parcelamento (1)	-	2.017
ISS – Parcelamento (2)	4.835	5.494
COFINS – Parcelamento (3)	13.737	12.539
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte	4.872	4.750
Outros Tributos a Pagar	-	2
Totais de Impostos e Contribuições	32.430	33.575
Curto Prazo	18.892	19.317
Longo Prazo	13.538	14.258

- (1) Refere-se à Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido do período de apuração de 1991, exercício 1992, a qual, por medida judicial, foi parcelada em 96 parcelas mensais, atualizadas pela SELIC, sendo quitada a última parcela em 30/06/2010.
- (2) Este valor, refere-se à dívida junto à Prefeitura Municipal de Curitiba, relativa ao ISS incidente sobre a execução de serviços complementares à atividade principal da Sanepar, referente ao período de 1994 a 1998, a qual foi parcelada em 90 parcelas mensais, das quais 50 parcelas, no montante de R\$4.617, foram pagas até 31/12/2010.
- (3) Refere-se ao parcelamento do débito da COFINS junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, em conformidade com a Lei nº 11.941/2009. O débito foi parcelado em 60 prestações mensais, atualizadas pela taxa de juros SELIC.

14. CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia é parte em certos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios e registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas.

A Companhia acredita que os montantes de provisões registrados são suficientes para cobrir as perdas prováveis. Com relação a alguns desses processos a Companhia efetuou depósitos judiciais, que serão recuperados somente no caso de julgamento favorável à Companhia.

A posição em 31 de dezembro dos depósitos judiciais e das provisões para ações cíveis, trabalhistas, tributárias e ambientais, é a seguinte:

Descrição	Depósitos Judiciais		Provisão para Contingências	
	2010	2009	2010	2009
Trabalhistas (1)	76.895	67.700	126.132	108.821
Cíveis (2)	30.165	17.704	95.206	71.087
Ambientais (3)	536	16	12.706	8.274
Outras	937	924	5.873	2.366
Totais	108.533	86.344	239.917	190.548

14. CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS -- continuação

- (1) As provisões trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas, principalmente, por ex-empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade solidária), reclamando diferenças salariais e encargos trabalhistas.
- (2) As provisões cíveis relacionam-se a pedidos de indenizações de montantes provisionados em decorrência de ações por reclamações de danos causados a terceiros.
- (3) A Companhia está sendo citada em processos de natureza ambiental, movidos por diferentes entidades, incluindo o IAP – Instituto Ambiental do Paraná e o IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Essas questões, normalmente, quando decididas desfavoravelmente à Companhia, resultam em condenações que obrigam a mesma eliminar o suposto problema ambiental causado, por meio de limpeza da área afetada ou execução de alguma obra para corrigir certos efeitos causados pelas suas operações.

O valor provisionado refere-se, basicamente, a multas e valores arbitrados para os processos em andamento. A Companhia vem adequando-se às normas e exigências previstas na Legislação Ambiental, sempre buscando implementar obras complementares em suas diversas unidades operacionais de sistemas de tratamento de água e esgoto sanitário, com a finalidade de reduzir seu passivo ambiental. As obras ainda não realizadas até 31 de dezembro de 2010, estão orçadas em R\$217,0 milhões e serão incorporadas ao imobilizado da Companhia quando da sua realização.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração da Conciliação das Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social Registradas no Resultado

Descrição	2010		2009	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro Antes dos Impostos	184.025	184.025	188.013	188.013
Imposto de Renda e Contribuição Social – Alíquotas Vigentes	(46.006)	(16.562)	(47.003)	(16.921)
Benefício da Dedutibilidade dos Juros sobre o Capital Próprio	9.300	3.348	9.753	3.511
Subvenções e Doações Recebidas de Órgãos Públicos (1)	586	211	492	178
Ajustes a Valor Presente de Contas a Receber (1)	93	34	(34)	(12)
Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT (2)	527	-	508	-
Incentivo Empresa Cidadã (3)	152	-	-	-
Outros	(117)	(80)	(442)	(172)
Totais das Despesas	(35.465)	(13.049)	(36.726)	(13.416)
Totais do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(48.514)		(50.142)	

(1) De acordo com a Lei nº 11.941, de 27/05/2009;

(2) De acordo com o Decreto 3.000, de 26 de março de 1999 - Regulamento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica;

(3) De acordo com o Decreto 7.052, de 23 de dezembro de 2009, que regulamentou a Lei nº 11.770, de 09/09/2008.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL -- continuação

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos

A composição no resultado do período apresenta os seguintes valores:

Descrição	2010	2009
Imposto de Renda	(74.660)	(67.448)
Contribuição Social	(26.636)	(23.908)
Realização do Imposto de Renda Diferido	39.195	30.722
Realização da Contribuição Social Diferida	13.587	10.492
Totais	(48.514)	(50.142)

c) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A composição das bases para imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre ativos e passivos com realização futura, é a seguinte:

Descrição	Prazo	2010				2009
	Estimado de Realização	Base de Cálculo	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Total
BASES ATIVAS						
Plano de Aposentadoria e Plano Médico	15 anos	501.382	125.346	45.124	170.470	145.852
Redução ao Valor Recuperável de Ativos	10 anos	4.163	1.041	375	1.416	1.416
Contingências Ambientais, Cíveis e Trabalhistas	5 anos	239.917	59.979	21.592	81.571	64.786
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	3 anos	37.262	9.315	3.354	12.669	10.940
Encargos Moratórios Parcelamentos – CSLL	-	-	-	-	-	685
Provisão para PPR	1 ano	9.300	2.325	837	3.162	3.316
Totais			198.006	71.282	269.288	226.995
BASES PASSIVAS						
IRPJ Diferido sobre Construções e Benfeitorias	21 anos	171.895	42.974	-	42.974	44.428
Reserva de Reavaliação	16 anos	186.163	46.541	16.755	63.296	66.354
Atribuição Novo Custo ao Imobilizado	3 anos	51.921	12.980	4.673	17.653	-
Totais			102.495	21.428	123.923	110.782

d) Estimativa de realização futura do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A composição da estimativa de realização futura dos Créditos e Débitos, é a seguinte:

Períodos de Realização	Ativo Fiscal Diferido			Passivo Fiscal Diferido		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais
2011	10.682	3.845	14.527	9.282	2.605	11.887
2012	17.672	6.362	24.034	9.282	2.605	11.887
2013	8.356	3.008	11.364	9.282	2.605	11.887
2014	69.376	24.975	94.351	4.955	1.048	6.003
2015 a 2017	25.069	9.025	34.094	14.865	3.141	18.006
2018 a 2020	25.069	9.025	34.094	14.865	3.141	18.006
2021 a 2023	25.069	9.025	34.094	14.866	3.141	18.007
2024 a 2026	16.713	6.017	22.730	14.866	3.142	18.008
2027 a 2029	-	-	-	6.139	-	6.139
2030 e 2031	-	-	-	4.093	-	4.093
Totais	198.006	71.282	269.288	102.495	21.428	123.923

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL -- continuação

e) Regime Tributário de Transição

A Medida Provisória nº 449/2008, convertida na Lei nº 11.941/2009, instituiu o Regime Tributário de Transição estabelecendo o tratamento dos ajustes tributários decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela nova legislação. A Companhia fez a opção pelo RTT na entrega da DIPJ do ano-base de 2008, exercício financeiro de 2009. Adicionalmente, transmitiu o Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT) instituído pela Instrução Normativa 949/2009 da Receita Federal do Brasil, referentes aos anos-calendários de 2008 e 2009.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social é composto de 414.082.182 ações, sendo 289.836.870 ações ordinárias e 124.245.312 ações preferenciais (mesma posição em 2009) sem valor nominal, totalmente integralizado por pessoas físicas e jurídicas residentes e domiciliadas no país e no exterior. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas a elas são assegurados: (i) direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de ações ou quaisquer outros títulos ou vantagens, incluídos os casos de incorporação de reservas ao capital social; e (ii) prioridade no reembolso do capital social, na eventual liquidação da Sociedade.

O valor patrimonial de cada ação em 31 de dezembro de 2010 é de R\$5,26 (R\$4,92 em 31 de dezembro de 2009).

O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2010 é de R\$831.706, e sua composição acionária, é a seguinte:

Acionistas	Número de Ações					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado do Paraná	173.902.122	60,0	43.475.530	35,0	217.377.652	52,5
Dominó Holdings S/A	115.106.273	39,7	28.776.568	23,2	143.882.841	34,7
Prefeituras Municipais	-	-	2.368.005	1,9	2.368.005	0,6
Investidores Estrangeiros	-	-	19.410.939	15,6	19.410.939	4,7
Demais Investidores	828.475	0,3	30.214.270	24,3	31.042.745	7,5
Totais	289.836.870	100,0	124.245.312	100,0	414.082.182	100,0

b) Reserva de Reavaliação

Foi realizado no exercício, transferindo-se para Lucros Acumulados, o montante de R\$5.938 (R\$7.492 em 2009), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta reserva ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado, objeto das reavaliações.

c) Reserva para Plano de Investimentos

A reserva para plano de investimentos corresponde ao lucro remanescente, após constituição da reserva legal, da reserva para incentivos fiscais e da distribuição dos Juros sobre o Capital Próprio (dividendos).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO -- continuação

c) Reserva para Plano de Investimentos -- continuação

A previsão e realização dos investimentos de recursos financeiros, em projetos e obras nos sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto sanitário no exercício de 2010, estão apresentados como segue:

Programas	Previsto em 2010		Realizado em 2010		Percentual Realizado
	Recursos Próprios	Outras Fontes	Recursos Próprios	Outras Fontes	
Implant. e Ampl. dos Sistemas Água e Esgoto	117.761	341.507	134.458	181.242	69%
Resíduos Sólidos	500	-	178	-	36%
Infraestrutura	10.000	-	12.937	-	129%
Proteção e Preservação Ambiental	1.000	-	115	-	12%
Ampliação de Redes e Ligações e Investimentos Operacionais	37.378	32.230	68.302	-	98%
Totais	166.639	373.737	215.990	181.242	74%

Do montante total de recursos próprios, investidos no exercício de 2010, R\$97.488 corresponde à Reserva para Plano de Investimentos, aprovada na 46ª Assembleia Geral Ordinária, realizada em 26/04/2010. Esses recursos foram aplicados em projetos de construção e expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, conforme estabelecido nos planos de investimentos da Companhia.

O investimento de R\$215.990 realizado no exercício de 2010 com recursos próprios, é composto de R\$97.488 de Reserva para Plano de Investimentos constituída em 2009, e o saldo remanescente de R\$118.502 da geração de caixa no exercício de 2010.

A Administração propõe, sujeito à posterior aprovação da Assembleia dos Acionistas, a destinação do montante de R\$106.728 dos Lucros Acumulados para a constituição de Reserva para Plano de Investimentos. Esses recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, conforme estabelecido nos planos de investimentos da Companhia.

A Administração da Companhia, em decorrência do saldo total das Reservas de Lucros superar o limite do Capital Social, submeterá à Assembleia Geral as destinações pertinentes, após a aprovação da distribuição dos lucros deste exercício, conforme previsto no artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações.

d) Remuneração aos Acionistas

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do resultado líquido ajustado de acordo com a legislação societária. Para os acionistas detentores de ações preferenciais foi atribuído Juros sobre o Capital Próprio (dividendo) por ação 10% superior aos acionistas detentores de ações ordinárias.

A legislação fiscal permite que as companhias procedam ao pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, dentro de certos limites, aos acionistas e tratem esses pagamentos como uma despesa dedutível para fins de apuração de imposto de renda e contribuição social. Esta distribuição, imputada aos dividendos obrigatórios a serem pagos pela Companhia, é tratada para fins contábeis e societários como uma dedução ao patrimônio líquido de maneira similar aos dividendos. Sobre esses valores é retido imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, e recolhido pela Companhia quando do crédito dos juros.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO -- continuação

d) Remuneração aos Acionistas -- continuação

Os Juros sobre o Capital Próprio a pagar foram calculados dentro do limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP nos termos da Lei nº 9.249/95, complementada por disposições legais posteriores. O total de Juros foi contabilizado em despesas financeiras, gerando benefício fiscal de R\$12.648, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações contábeis, esses juros estão sendo apresentados no Patrimônio Líquido, a débito da conta de lucros acumulados.

A Administração da Companhia está propondo à aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas, a seguinte distribuição dos lucros:

	2010	2009
Lucro Líquido do Exercício	135.511	137.871
Constituição da Reserva Legal	(6.776)	(6.894)
Doações e Subvenções Governamentais	(2.343)	(1.968)
Base para o Cálculo de Dividendos Obrigatórios	126.392	129.009
Dividendos Obrigatórios (25%)	31.598	32.252
Dividendos Complementares	5.603	6.761
Dividendos Propostos (Juros sobre o Capital Próprio)	37.201	39.013

O montante de Juros sobre o Capital Próprio apurado em 2010 de R\$37.201 (R\$39.013 em 2009), inclui o imposto de renda retido na fonte devido pelos acionistas privados, no montante de R\$2.486 (R\$2.570 em 2009), o que resultou em uma alíquota efetiva de 6,68% (6,59% em 2009), representando um montante líquido atribuível aos dividendos de R\$34.715 (R\$36.443 em 2009).

Os Juros sobre o Capital Próprio, imputados aos dividendos, por ação, foram os seguintes:

	2010	2009
Ações Preferenciais	0,09594	0,10062
Ações Ordinárias	0,08722	0,09147

O montante total de R\$66.417 (R\$68.076 em 2009) registrado no passivo circulante como Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio em 2010, líquido do imposto de renda na fonte, inclui R\$50.284 (R\$51.226 em 2009) do acionista Estado do Paraná, R\$10.881 (R\$11.410 em 2009) do acionista Dominó Holdings S/A, R\$4.585 (R\$4.751 em 2009) de outros acionistas e R\$667 (R\$689 em 2009) relativos a valores de anos anteriores ainda não pagos efetivamente aos acionistas.

e) Reserva Legal

Constituída no montante de R\$6.776 (R\$6.894 em 2009), em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, à base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir o limite de 20% do capital social integralizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorver prejuízos acumulados.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO -- continuação

f) Reserva de Incentivos Fiscais

Constituída no montante de R\$2.343 (R\$1.968 em 2009), referente à parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Esse valor foi excluído da base de cálculo dos Juros sobre o Capital Próprio.

g) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Constituída em conformidade com o artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, referente aos ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo.

Foi realizado no exercício, transferido-se para Lucros Acumulados, o montante de R\$11.599, líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta conta ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado, aos quais foram atribuídos novos valores.

17. RESULTADO ABRANGENTE

A composição em 31 de dezembro dos Outros Resultados Abrangentes, é a seguinte:

Descrição	Reserva de Reavaliação		Ajuste ao Custo Atribuído	
	2010	2009	2010	2009
Saldos no início do exercício	128.805	136.297	-	-
Realização de Reservas de Reavaliação	(8.996)	(11.351)	-	-
Realização de Tributos sobre a Reserva de Reavaliação	3.058	3.859	-	-
Ajuste ao Custo Atribuído	-	-	69.495	-
Provisão de Tributos sobre o Custo Atribuído	-	-	(23.628)	-
Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	-	-	(17.575)	-
Realização de Tributos sobre o Ajuste ao Custo Atribuído	-	-	5.976	-
Saldos no final do exercício	122.867	128.805	34.268	-
Totais da Reserva de Reavaliação e do Ajuste ao Custo Atribuído			157.135	128.805

18. PARTES RELACIONADAS

Substancialmente, as transações com partes relacionadas são relativas ao fornecimento de água e serviços de esgoto, providos ao Estado do Paraná, cuja receita montou de R\$41.000 e R\$39.339 para os exercícios de 2010 e 2009, respectivamente. Além disso, o Estado do Paraná possui, em 31/12/2010, os seguintes créditos junto à Companhia:

- ♦ Créditos para Aumento de Capital, registrado no Passivo Não Circulante, no montante de R\$878.464, conforme demonstrado na nota 10;
- ♦ Juros sobre o Capital Próprio, no montante de R\$50.284, sendo que o valor de R\$19.340 depende de aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

18. PARTES RELACIONADAS -- continuação

Os custos com energia da Companhia, os quais são gerados pela Companhia Paranaense de Energia – COPEL (uma das acionistas da Dominó Holdings S/A e controlada pelo Estado do Paraná) foram de R\$144.966 e R\$128.372, durante os exercícios de 2010 e 2009, respectivamente.

Essas operações de vendas e compras têm sido realizadas, aplicando-se as mesmas condições daquelas realizadas com terceiros.

A Companhia também transaciona com diversas prefeituras municipais do Estado do Paraná o fornecimento de água e esgotamento sanitário, com as quais mantêm contratos de concessões municipais para prestação de serviços de distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto, cuja receita, com esses órgãos municipais, durante o exercício de 2010, montou de R\$43.150 (R\$41.248 em 2009). Essas operações são consideradas, pela Administração da Sanepar, como normais de mercado, exceto para algumas prefeituras municipais que possuem descontos nas faturas de fornecimento de água e esgotamento sanitário, dependendo do consumo máximo estabelecido em cada contrato especial com o poder público, para obtenção do benefício. Quanto à forma de liquidação financeira desses créditos, além do pagamento na rede bancária autorizada, poderá acontecer por intermédio de encontro de contas com as prefeituras devedoras que possuam créditos junto à Companhia.

19. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

Conforme estipula o Decreto Estadual nº 1.978, de 20/12/2007, a Companhia não pode distribuir aos seus empregados, a título de participação nos resultados, parcela superior a 25% (vinte e cinco por cento) dos Juros sobre o Capital Próprio creditados aos acionistas em 2010 e, além disso, deve submeter previamente à Procuradoria-Geral do Estado a respectiva proposta, indicando claramente: a origem dos resultados; o valor total que pretende distribuir; os ganhos nos índices de produtividade, qualidade ou lucratividade; a avaliação das metas, resultados e prazos pactuados previamente para o período; a evolução dos índices de segurança no trabalho e a evolução dos índices de assiduidade.

Neste exercício, foi provisionado pela Companhia o montante de R\$9.300 (R\$9.753 em 2009), o qual encontra-se registrado na conta de Salários e Encargos Sociais, no passivo circulante, e o pagamento depende de aprovação da Procuradoria-Geral do Estado e da Assembleia Geral Ordinária.

Durante o exercício de 2010, em função do atendimento integral de todas as exigências citadas acima, a Companhia pagou a seus empregados a importância de R\$9.753, referente à participação no resultado de 2009.

20. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

A remuneração global anual dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foi aprovada pela 46ª/2010 Assembleia Geral Ordinária de 26 de abril de 2010, no montante global de R\$5.176, sendo efetivamente pago a quantia de R\$4.110. Para o exercício de 2009 a aprovação se deu pela 45ª/2009 A.G.O. de 22/04/2009, no montante de R\$4.940 e pagamento efetivo de R\$4.010.

21. RECEITAS OPERACIONAIS

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

Descrição	2010	2009
Receitas		
Receitas de Água	1.013.665	962.942
Receitas de Esgoto	496.664	457.834
Receitas de Serviços	55.300	48.724
Receitas de Resíduos Sólidos	2.710	2.211
Serviços Prestados a Prefeituras	1.788	3.435
Outras Receitas	19.544	17.692
Totais das Receitas Operacionais	1.589.671	1.492.838
Deduções das Receitas Operacionais		
COFINS	(89.883)	(84.985)
PASEP	(19.514)	(18.451)
Totais das Deduções	(109.397)	(103.436)
Totais das Receitas Operacionais, líquidas	1.480.274	1.389.402

22. CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

Descrição	2010			2009		
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Pessoal	123.186	35.156	158.342	115.003	32.283	147.286
Materiais	51.024	14.439	65.463	52.476	13.832	66.308
Energia Elétrica	132.653	13.083	145.736	118.177	11.770	129.947
Serviços de Terceiros	75.137	37.157	112.294	66.263	30.475	96.738
Depreciações e Amortizações	78.710	50.498	129.208	87.630	49.829	137.459
Outros Custos	42.546	13.523	56.069	38.597	13.276	51.873
Totais	503.256	163.856	667.112	478.146	151.465	629.611

23. DESPESAS COMERCIAIS, ADMINISTRATIVAS E OUTRAS

A composição destas despesas, por natureza, é a seguinte:

Descrição	2010	2009
Comerciais		
Pessoal	51.485	48.909
Materiais	3.373	3.153
Serviços de Terceiros	27.416	23.374
Depreciações e Amortizações	5.762	5.583
Perdas na Realização de Créditos	8.010	3.345
Outras Despesas	24.778	21.764
Totais das Despesas Comerciais	120.824	106.128
Administrativas		
Pessoal	237.183	213.393
Materiais	24.072	20.482
Serviços de Terceiros	60.373	48.498
Depreciações e Amortizações	8.959	6.723
Outras Despesas	26.501	22.861
Transferências para Custos e Despesas Comerciais (a)	(69.067)	(64.066)
Despesas Capitalizadas (b)	(43.420)	(38.002)
Totais das Despesas Administrativas	244.601	209.889
Outras Despesas Operacionais		
Despesas		
Baixas de Ativos	(5.799)	(4.648)
Ajuste ao Valor Recuperável de Ativos	-	(4.723)
Receitas		
Venda de Ativos	1.415	139
Totais das Outras Despesas Operacionais, líquidas	(4.384)	(9.232)

(a) Estes valores são primeiramente registrados como despesas administrativas e posteriormente transferidos para custos e despesas comerciais;

(b) Estes valores referem-se aos gastos administrativos capitalizados, por se relacionarem com projetos e obras em andamento, alocados diretamente pelas Unidades de Serviços.

24. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

Descrição	2010	2009
Receitas Financeiras		
Variações Monetárias Ativas	1.030	1.542
Aplicações Financeiras	15.651	17.050
Outras Receitas Financeiras	2.886	2.310
Totais das Receitas Financeiras	19.567	20.902
Despesas Financeiras		
Juros e Taxas de Financiamentos e de Debêntures	(82.474)	(87.321)
Variações Monetárias Passivas	(54.285)	(52.907)
Outras Despesas Financeiras	(11.062)	(1.358)
Totais das Despesas Financeiras	(147.821)	(141.586)
Totais das Receitas (Despesas) Financeiras, líquidas	(128.254)	(120.684)

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS

A Companhia utilizou os seguintes métodos e premissas no cálculo do valor justo de seus instrumentos financeiros:

Disponibilidades: os montantes divulgados no balanço patrimonial para disponibilidades, aproximam-se de seus valores de mercado.

Aplicações Financeiras e Depósitos Vinculados: o saldo refere-se, basicamente, a aplicações financeiras realizadas na Caixa Econômica Federal, em fundos de renda fixa, cuja carteira é composta em sua maioria de títulos públicos do Governo Federal. Os depósitos vinculados de longo prazo referem-se a programas da Agência Nacional da Água – ANA no valor de R\$5.200 (R\$5.753 em 2009); reserva de recursos financeiros no valor de R\$28.219 (R\$26.211 em 2009), que servirá como garantia adicional ao pagamento de pelo menos 3 parcelas vincendas do principal e juros das debêntures, bem como as reservas mantidas junto à Caixa Econômica Federal, mencionada na nota 9 (2), no valor de R\$7.187 (R\$6.650 em 2009), e R\$6.022 (R\$1.547 em 2009), mencionada na nota 9 (6).

Contas a Receber: os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber aproximam-se de seus valores de mercado, considerando as provisões constituídas e a ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida das contas a receber.

O saldo de contas a receber de clientes a curto e longo prazo decorrente de parcelamentos foi ajustado a valor presente. Os parcelamentos das contas de particulares são atualizados pela SELIC, acrescida de taxa de administração e de risco e os das contas de órgãos públicos com base nos juros da poupança de 6% ao ano. A Companhia adotou para cálculo do Ajuste a Valor Presente a taxa SELIC para as contas de particulares e os juros da poupança para as contas de órgãos públicos.

A movimentação do Ajuste a Valor Presente foi a seguinte:

Descrição	Janeiro a dezembro de 2010
Saldos no Início do Período	(2.350)
AVP	373
Saldos no Final do Período	(1.977)

Contas a Pagar: as contas a pagar a empreiteiros e fornecedores são compromissos vencíveis em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, sendo, em razão disso, reconhecidos como valor justo. O prazo médio de pagamentos praticado pela Companhia é de 26 (vinte e seis) dias.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures: são contabilizados ao valor justo no início da operação, líquidos dos custos das transações incorridas e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva, e não incluem encargos futuros em seus saldos. As características e taxas de atualização estão descritas na nota 9, e não representam riscos adicionais para a Companhia neste momento. Todos os empréstimos e financiamentos, em 31/12/2010, estão relacionados aos investimentos no ativo imobilizado.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS – continuação

Sobre as debêntures existem cláusulas contratuais restritivas relativamente aos seguintes índices: índice de cobertura do serviço da dívida maior ou igual a 1,5; margem EBITDA maior ou igual a 35%; grau de endividamento menor ou igual a 70%. Adicionalmente a Companhia obriga-se a manter até a data da efetiva liquidação da totalidade das debêntures em circulação, uma reserva de recursos financeiros em valor suficiente para pagamento das 03 próximas parcelas vincendas, de todas as séries, incluindo os valores relativos ao pagamento dos juros remuneratórios.

Em 31 de dezembro de 2010, essa conta reserva apresentava saldo de R\$28.219 (R\$26.211 em 2009), registrado em Depósitos Vinculados no Ativo Não Circulante. A Sanepar não poderá realizar qualquer movimentação dos recursos depositados na conta reserva, exceto para o pagamento dos juros e/ou amortização das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia está atendendo integralmente às cláusulas restritivas estipuladas quando da emissão das debêntures. Para as debêntures existe ainda, cláusula de garantia adicional de vinculação de 20% da receita arrecadada, cujo valor médio mensal, até 31/12/2010, não poderá ser inferior a R\$26.217.

Outras Contas: segundo nosso conhecimento e julgamento, nenhuma outra conta contábil apresenta diferenças relevantes entre os valores registrados contabilmente pela Companhia e seus valores prováveis de realização e de mercado em 31 de dezembro de 2010. Também não conhecemos nenhum fato relevante ou evento subsequente a esta data, que possa impactar de forma significativa os montantes registrados.

O negócio da Companhia refere-se basicamente a captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários para 344 sedes municipais operadas no Estado do Paraná e 01 sede municipal no Estado de Santa Catarina, para as quais a Companhia detém as respectivas concessões municipais, atendendo aproximadamente 9,3 milhões de pessoas com água tratada e 5,8 milhões com o serviço de coleta e tratamento de esgoto. Sobre este negócio existem diversos riscos associados, normais ao ramo de negócio da Sanepar, porém todos administrados ou amenizados de forma a não impactar, significativamente, os resultados das operações da Companhia. Estes riscos são basicamente associados aos seguintes fatores:

Risco de Crédito: praticamente toda a população do Estado é cliente da Companhia. Considerando nosso tipo de negócio não efetuamos nenhuma análise de crédito, adotando a prática de corte no abastecimento no caso de inadimplência. O nível de perdas na realização das contas a receber é considerado normal para este setor.

A prática do corte de abastecimento não é aplicada ao Poder Público, entretanto, a Administração vem concentrando esforços no sentido de reduzir os níveis de inadimplência, por meio de negociações com as prefeituras devedoras e a viabilização da prática de encontro de contas com aquelas que possuam créditos junto à Companhia.

Risco do Contrato de Concessão: os resultados da Companhia dependem da manutenção das concessões nos municípios em que opera, geralmente os contratos têm prazo de duração de 30 anos. Em algumas situações, o município concedente tem o direito de rescindir o Contrato de Concessão antes de seu término ou ainda não autorizar a sua renovação, mediante indenização dos saldos de investimentos ainda não depreciados.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS – continuação

Derivativos: a Companhia não possui contratos de troca de índices (SWAP) ou operações que possam ser caracterizadas como instrumentos financeiros com derivativos, muito menos em aplicações de caráter especulativo ou outros ativos de riscos, e nem suas operações de mercado e de empréstimos e financiamentos estão expostas as flutuações de moedas estrangeiras, não necessitando realizar proteção cambial (hedge).

26. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

A Sanepar é patrocinadora da Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – FUSAN, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com a finalidade principal de administrar o plano de aposentadoria que objetiva suplementar os benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

O plano de aposentadoria administrado pela FUSAN, tem as seguintes características principais: i) aposentadorias programadas, as quais são tratadas como contribuição definida; ii) benefícios de risco (aposentadoria por invalidez, pensão por morte, pecúlio por morte, auxílio-doença e acidente) como benefício definido. Neste exercício a Patrocinadora repassou o montante financeiro de R\$16.105 (R\$14.656 em 2009) como contribuição à FUSAN.

A Companhia também é patrocinadora da Fundação Sanepar de Assistência Social, entidade sem fins lucrativos, que têm como atividade principal a administração do plano de saúde destinado aos colaboradores da Sanepar, ativos e aposentados, denominado SaneSaúde.

O SaneSaúde é um plano coletivo de assistência médica e odontológica, de autogestão, custeado mediante pré-pagamento, sendo as contribuições efetuadas em média 63,3% pela patrocinadora e 36,7% pelos participantes ativos e aposentados, por meio de contribuições mensais definidas no regulamento do plano, as quais são determinadas anualmente, com base em cálculos atuariais, que leva em consideração as faixas etárias de cada participante, e a existência de fatores moderadores de utilização dos serviços oferecidos.

A título de contribuição para esta Fundação, a Companhia repassou financeiramente, neste exercício, o montante de R\$26.589 (R\$24.525 em 2009).

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela Previc – Superintendência Nacional de Previdência Complementar são determinadas por atuário externo, contratado pela FUSAN (ATU-VERITA - Assessoria e Consultoria Atuarial Ltda.), a qual emitiu parecer datado de 21 de janeiro de 2011, sem apresentar nenhum comentário que representasse qualquer risco adicional ou ressalva aos procedimentos adotados pela administração da FUSAN. Adicionalmente, para fins de atendimento às determinações, contidas no CPC 33, aprovado pela Deliberação 600 da CVM, foi contratada a Actuarial – Assessoria e Consultoria Atuarial S/C Ltda., que emitiu relatório detalhado, suportando as informações incluídas nesta nota.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos passivos relacionados ao plano de aposentadoria e plano de assistência médica. O Método da Unidade de Crédito Projetada (PUC) foi utilizado para apuração da obrigação atuarial:

26. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA – continuação

Demonstração do passivo atuarial:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2010	2009
Valor Presente das Obrigações Atuariais, Total ou Parcialmente, Cobertas	503.700	317.220	820.920	696.327
Valor Justo dos Ativos	(333.329)	(6.546)	(339.875)	(313.861)
Valor Líquido dos Ganhos e (Perdas) Atuariais	29.640	(9.303)	20.337	46.511
Totais	200.011	301.371	501.382	428.977
Curto Prazo	13.334	20.091	33.425	28.598
Longo Prazo	186.677	281.280	467.957	400.379

Apuração do passivo atuarial:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2010	2009
Valor presente da obrigação no início do ano	475.340	267.498	742.838	627.559
Custo de juros sobre a obrigação	49.911	28.087	77.998	69.032
Custo de serviço passado não reconhecido	27.927	19.760	47.687	31.119
Custo do serviço corrente	1.440	8.923	10.363	9.044
Benefícios pagos no exercício	(35.616)	(7.439)	(43.055)	(37.096)
Ganhos e (Perdas) atuariais do exercício	14.338	(8.912)	5.426	43.180
Obrigação total no exercício de 2010	533.340	307.917	841.257	742.838
Valor justo dos ativos do plano no início do ano	(307.942)	(5.919)	(313.861)	(274.814)
Juros sobre os ativos do plano	(32.334)	(621)	(32.955)	(30.229)
Contribuição dos participantes	(2.901)	-	(2.901)	(2.634)
Contribuição da patrocinadora	(13.143)	(7.054)	(20.197)	(15.492)
Benefícios pagos no exercício	35.616	7.439	43.055	37.096
Ganho sobre os ativos do plano no exercício	(12.625)	(391)	(13.016)	(27.788)
Valor justo dos ativos no exercício	(333.329)	(6.546)	(339.875)	(313.861)
Passivo reconhecido no final do exercício	200.011	301.371	501.382	428.977

26. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA -- continuação

Reconciliação do valor justo dos ativos do plano e da obrigação atuarial:

Ativos do Plano	Plano de Aposentadoria
Ativo bruto em 31/12/2010	751.324
Exigível operacional	(3.696)
Exigível contingencial	(3.164)
Fundo Previdencial – Desligamentos	(323)
Fundo de investimentos	(1.307)
Fundo administrativo	(801)
Ativo Previdenciário Líquido	742.033
Fundos individuais (CD)	(408.705)
Valor Justo dos Ativos em 31/12/2010	333.329

A seguir descrevemos as premissas utilizadas na avaliação atuarial:

Hipóteses Econômicas

Taxa de Desconto	11,25% ao ano
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos	11,25% ao ano
Crescimentos Salariais Futuros	3,46% ao ano
Inflação	5,25% ao ano
Crescimento dos Custos Médicos	11,04% ao ano

Hipóteses Demográficas

Tábua de mortalidade	AT-2000 Male (Previdência) e AT-2000 (Saúde)
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss
Tábua de entrada em invalidez	Light Média
Idade de aposentadoria	55 anos
% de participantes ativos casados na data da aposentadoria	Experiência da FUSAN

A seguir apresentamos um resumo dos dados que foram utilizados para a avaliação atuarial dos planos de benefícios oferecidos pela Companhia aos seus empregados:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica
Participantes Ativos		
Número	6.434	(a) 2.731
Idade Média	40,0	47,7
Tempo de Serviço Médio	12,2	-
Idade Média de Aposentadoria	52,5	-
Salário de Participação Médio	R\$2.718,39	-
Folha Mensal	R\$17.490.121,26	-
Participantes Aposentados		
Número	1.683	(b) 4.471
Idade Média	62,3	53,7
Benefício Médio Mensal	R\$1.306,92	-
Pensionistas		
Número de Pensionistas	493	-
Média de Idade de Todos os Pensionistas	51,3	-
Benefício Médio por Grupo Familiar	R\$865,28	-

(a) Impacto atuarial sobre os participantes ativos admitidos até 01/03/2002.

(b) Inclui, além dos participantes aposentados, os pensionistas e os dependentes.

26. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA -- continuação

Distribuição da Massa de Beneficiários e os Prêmios Mensais Totais do Plano de Assistência Médica, em 31 de dezembro de 2010:

Faixa Etária	Total de Beneficiários¹	Valor em reais
0 a 18 anos	2.836	78,00
19 a 23 anos	1.120	111,98
24 a 28 anos	94	116,68
29 a 33 anos	194	133,86
34 a 38 anos	364	139,50
39 a 43 anos	1.001	182,80
44 a 48 anos	1.552	190,47
49 a 53 anos	1.628	251,08
54 a 58 anos	1.555	261,62
59 anos ou mais	2.295	281,15

¹ Cujo titular foi admitido até 01/03/2002

O Plano de Assistência à Saúde da Sanepar, administrado pela Fundação Sanepar de Assistência Social, é custeado em pré-pagamento, de acordo com a tabela acima, por contribuições mensais da Patrocinadora (Sanepar) de 70% do valor mensal, cabendo os 30% restantes aos Beneficiários Titulares.

Para os Beneficiários Dependentes, a participação da Patrocinadora no custeio do Plano varia de 50% até 70%, escalonada em função da faixa salarial dos Beneficiários Titulares.

A seguir demonstramos a projeção das despesas para o exercício de 2011:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2011
Custo do Serviço Corrente	1.838	10.212	12.050
Custo dos Juros	60.001	34.641	94.642
Rendimento Esperado do Ativo do Plano	(37.499)	(736)	(38.235)
Contribuições dos Empregados	(3.235)	-	(3.235)
Totais	21.105	44.117	65.222

27. TÍTULOS A PAGAR

A Companhia mantém operações financeiras junto à FUSAN, as quais estão suportadas por contratos assinados entre as partes para pagamento de dívida referente à dotação especial, determinada atuarialmente e indicada no plano de custeio da FUSANPREV. Essa dívida foi parcelada em 180 prestações mensais calculadas anualmente pela “Tabela Price” na taxa real de juros equivalente a 6% ao ano, com atualização do saldo devedor pelo INPC, sendo que até 31/12/2010 foram pagas 115 parcelas. A composição total do saldo de financiamentos em 31 de dezembro de 2010, registrados, em conjunto com outros valores a pagar, como “títulos a pagar”, é de R\$26.219 (R\$28.408 em 2009), sendo R\$5.610 (R\$5.285 em 2009) no Passivo Circulante e R\$20.609 (R\$23.123 em 2009) no Passivo Não Circulante.

Ressaltamos que o parcelamento dos débitos relativos a consumo de energia elétrica junto à Companhia Paranaense de Energia – COPEL, em 40 parcelas mensais atualizadas pela SELIC-PÓS ou 100% do CDI, o que for maior, cujo saldo em 31/12/2009 era de R\$11.104 foi liquidado em 27/12/2010.

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Companhia possui dois segmentos claramente identificáveis para divulgação, que são distribuição de água tratada e coleta e tratamento de esgoto sanitário. O lucro operacional por segmento é representado pela receita, deduzida dos custos diretos e despesas operacionais diretas e indiretamente alocáveis a estes segmentos. Os ativos e passivos identificáveis por segmento estão apresentados separadamente. Os ativos e passivos corporativos não foram diretamente atribuídos a cada segmento de negócio.

A Companhia avalia a performance por segmento, com base em informações geradas pelos registros contábeis, sendo que diversas despesas são alocadas por meio de rateio, na seguinte apresentação:

Descrição	2010			2009		
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Receita Operacional Direta	1.058.492	509.847	1.568.339	1.001.534	470.177	1.471.711
Outras Receitas Operacionais	13.339	7.993	21.332	13.353	7.774	21.127
Total da Receita Operacional Bruta	1.071.831	517.840	1.589.671	1.014.887	477.951	1.492.838
Deduções da Receita (PASEP e COFINS)	(68.152)	(41.245)	(109.397)	(65.093)	(38.343)	(103.436)
Receita Operacional Líquida	1.003.679	476.595	1.480.274	949.794	439.608	1.389.402
Custo	(503.256)	(163.856)	(667.112)	(478.146)	(151.465)	(629.611)
Lucro Bruto	500.423	312.739	813.162	471.648	288.143	759.791
Despesas Comerciais	(75.549)	(45.275)	(120.824)	(67.075)	(39.053)	(106.128)
Despesas Administrativas	(152.946)	(91.655)	(244.601)	(132.655)	(77.234)	(209.889)
Outras Despesas Operacionais	(2.741)	(1.643)	(4.384)	(5.835)	(3.397)	(9.232)
Resultado Financeiro, líquido	(66.130)	(62.124)	(128.254)	(61.026)	(59.658)	(120.684)
Programa de Participação nos Resultados	(5.815)	(3.485)	(9.300)	(6.164)	(3.589)	(9.753)
Provisões para Contingências	(30.756)	(18.613)	(49.369)	(25.009)	(14.851)	(39.860)
Plano de Aposentadoria e Assistência Médica	(45.051)	(27.354)	(72.405)	(47.847)	(28.385)	(76.232)
Lucro Antes dos Impostos e Contribuições	121.435	62.590	184.025	126.037	61.976	188.013
Imposto de Renda e Contribuição Social	(32.014)	(16.500)	(48.514)	(33.613)	(16.529)	(50.142)
Lucro Líquido do Exercício	89.421	46.090	135.511	92.424	45.447	137.871
Investimentos no Exercício	130.139	267.093	397.232	116.287	196.604	312.891
Endividamento – Financiamentos e Debêntures	490.848	522.350	1.013.198	498.024	474.185	972.209
Imobilizado e Intangível, líquidos	2.099.971	2.375.418	4.475.389	2.008.404	2.149.774	4.158.178
Depreciações e Amortizações do Exercício	(87.876)	(56.053)	(143.929)	(95.374)	(54.391)	(149.765)
Contas a Receber (Curto e Longo Prazo)	228.531	98.208	326.739	226.334	92.462	318.796
Quantidade de Usuários – Não Auditado	2.547.391	1.372.520	(a)	2.466.371	1.287.209	(a)
Volume Milhares de m ³ Faturados – Não Auditado	511.402	306.465	(b)	490.686	285.687	(b)

(a) Os usuários incluídos no segmento de esgoto estão praticamente todos incluídos no segmento de água;

(b) Os volumes faturados do segmento de esgoto são derivados dos volumes faturados do segmento de água.

29. SERVIÇOS PRESTADOS PELOS AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia contratou a empresa **BDO Auditores Independentes** para a execução dos serviços de auditoria independente das demonstrações contábeis do exercício social de 2010 e emissão dos relatórios de revisão especial sobre as informações trimestrais (ITRs) do 3º trimestre de 2010 e dos 1º e 2º trimestres de 2011. O presente contrato tem um prazo de duração de doze meses, contados a partir de 26 de outubro de 2010.

Não foram executados, pelos referidos auditores, outros serviços que não aqueles relacionados no parágrafo anterior.

30. TARIFA SOCIAL

Em 08 de janeiro de 2004, o Governo do Estado do Paraná, por intermédio do Decreto nº 2.460, autorizou a Companhia a manter o benefício da Tarifa Social para famílias de baixa renda, usuárias dos serviços de água e esgotos. A Tarifa Social tem o objetivo de beneficiar as famílias que moram em imóvel com área construída de até 70 m² (setenta metros quadrados) e percebam mensalmente até ½ (meio) salário mínimo por pessoa ou no máximo 2 (dois) salários mínimos por família, cujo consumo mensal de água não deverá ultrapassar os 10 m³ (dez metros cúbicos). O valor da tarifa reduzida para os serviços de água, na faixa de consumo de até 10 m³ (dez metros cúbicos), é de R\$5,00 (cinco reais) por mês. Caso este beneficiário utilize serviço de coleta e tratamento de esgoto pagará mais R\$2,50 (dois reais e cinquenta centavos), perfazendo um total de R\$7,50 (sete reais e cinquenta centavos).

Neste exercício, com a implantação da Tarifa Social, a Companhia destinou o montante de R\$39,1 milhões, representando um percentual de 2,5% da receita operacional bruta, para atendimento à população enquadrada no respectivo Programa. No exercício de 2009, o impacto foi de R\$47,8 milhões, o que representou um percentual de 3,2% da receita operacional bruta daquele exercício.

31. SEGUROS

A Companhia possui contratos de seguros com terceiros para a cobertura de seus principais ativos situados em diversas localidades em todo o Estado do Paraná, no montante de R\$500.363, com vigência abrangendo o período de 07/07/2010 a 07/07/2011, para cobertura básica, incêndio, vendaval e danos elétricos em equipamentos.

Ativo	Importância Segurada
Edifícios	344.616
Máquinas e Equipamentos e Veículos	112.306
Estoque	43.441
Total	500.363

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Conselho de Administração

Em 04 de janeiro de 2011, foi realizada a 94ª Assembleia Geral Extraordinária, tendo como ordem do dia a destituição e eleição de novos membros para o Conselho de Administração, passando a ter a seguinte composição:

Membros Titulares:

Ivan Lelis Bonilha (Presidente), Renato Torres de Faria (Vice-Presidente), Michele Caputo Neto, Fabiano Saporiti Campelo, Mounir Chaowiche, Antonio Augusto Lopes Figueiredo Basto, Christian Gulin Crivellaro, Kevin Michael Altit e Hamilton Aparecido Gimenes.

Membros Suplentes:

Júlio Jacob Júnior, Sezifredo Paulo Alves Paz, José Geraldo Goulart Bolda, Arielson Bittencourt, Luis Gustavo Rodrigues Flores, Orlando Agulham Júnior, Luiz Carlos Brum Ferreira, Juarez Buriol e Paulo Roberto Borges Berlim.

b) Eleição da Diretoria Executiva

Em 04 de janeiro de 2011, foi realizada a 1ª/2011 Reunião Ordinária do Conselho de Administração, tendo como ordem do dia a destituição e eleição de novos membros para a Diretoria Executiva, passando a ter a seguinte composição:

- Fernando Eugênio Ghignone - Diretor-Presidente;
- Paulo Alberto Dedavid - Diretor de Operações;
- Dirceu Wichnieski - Diretor Financeiro;
- João Martinho Cleto Reis Júnior - Diretor de Investimentos;
- Péricles Sócrates Weber - Diretor de Meio Ambiente e Ação Social;
- Antonio Hallage - Diretor Administrativo;
- Antonio Carlos Salles Belinati - Diretor Comercial;
- Ramon de Medeiros Nogueira - Diretor Jurídico; e
- Ezequias Moreira Rodrigues - Diretor de Relações com Investidores.

DEMONSTRAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL
Informação Complementar

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA		
Geração de Riqueza (R\$ mil)		
Vendas de Produtos e Serviços	1.589.671	1.492.838
Outros Resultados	(4.384)	(4.509)
Perdas na Realização e Recuperação de Ativos	(8.045)	(8.068)
Insumos Adquiridos de Terceiros	(540.089)	(486.861)
Depreciações e Amortizações	(143.929)	(149.765)
Receitas Financeiras	19.567	20.902
Total da Geração de Riqueza	<u>912.791</u>	<u>864.537</u>
Distribuição de Riqueza (R\$ mil)		
Salários e Encargos	330.925	306.896
Honorários da Diretoria e Conselhos	4.110	4.010
Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	42.694	39.181
Governos (Tributos)	235.050	219.461
Aluguéis	7.380	5.779
Juros e Variações Monetárias	147.821	141.586
Juros sobre o Capital Próprio	37.201	39.013
Programa de Participação nos Resultados	9.300	9.753
Lucro Líquido do Exercício não Distribuído	98.310	98.858
Total da Distribuição de Riqueza	<u>912.791</u>	<u>864.537</u>
RECURSOS HUMANOS		
Remuneração e Benefícios Concedidos aos Empregados (R\$ mil)		
Remuneração Bruta	261.208	241.976
Encargos Sociais	91.899	80.402
Programa de Alimentação ao Trabalhador	43.275	40.011
Vale Transporte	1.838	1.978
Previdência Privada	16.105	14.656
Assistência Médica	26.589	24.525
Formação Profissional	1.027	1.141
Assistência Social	5.069	4.899
Participação nos Resultados	9.300	9.753
Total da Remuneração e Benefícios Concedidos aos Empregados	<u>456.310</u>	<u>419.341</u>
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	<u>14,40</u>	<u>14,40</u>

DEMONSTRAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL
Informação Complementar -- continuação

	2010	2009
Composição do Corpo Funcional (Quantidades)	(*)	(*)
Empregados no final do exercício	6.820	6.727
Admissões durante o exercício	525	744
Demissões durante o exercício (desligamentos e aposentadorias)	432	489
Estagiários no final do exercício	515	516
Empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício	49	47
Prestadores de serviços terceirizados no final do exercício	50	58
Empregados por sexo:		
➤ Masculino	5.457	5.343
➤ Feminino	1.363	1.384
Faixa etária:		
➤ Menores de 18 anos	58	67
➤ De 18 a 35 anos	2.596	2.612
➤ De 36 a 60 anos	4.068	3.967
➤ Acima de 60 anos	98	81
Empregados por nível de escolaridade:		
➤ Analfabetos	1	1
➤ Com ensino fundamental	432	470
➤ Com ensino médio	3.369	3.133
➤ Com ensino técnico	506	767
➤ Com ensino superior	1.562	1.461
➤ Pós-graduados	950	895
Percentual de ocupantes de cargos de chefia:		
➤ Masculino	73%	75%
➤ Feminino	27%	25%
Passivos Trabalhistas		
Processos Trabalhistas (Un)	3.830	3.809
Indenizações, abonos e avisos prévios pagos no exercício (R\$ mil)	23.886	25.852
AMBIENTE EXTERNO		
Comunidade (R\$ mil)		
Cultural, Artístico e Desportivo	1.650	1.340
Fundo da Infância e Adolescência	420	400
	2.070	1.740
Clientes (Quantidades)	(*)	(*)
Reclamações Recebidas Diretamente na Sanepar:		
➤ Ouvidoria da Sanepar	5.505	5.444
➤ Excesso de consumo, cobrança indevida e reajuste de tarifa	145.174	164.450
➤ Falta e qualidade do produto, pesquisa de vazamento e refluxo de esgoto	385.282	279.602
➤ Corte indevido, emissão de 2ª via da conta de água e conta não entregue ao cliente	96.883	94.178
	632.844	543.674
Contas/Faturas emitidas no ano	30.100.337	29.214.890
Reclamações sobre as Contas/Faturas emitidas (%)	2,10%	1,86%
Principais ações empreendidas para sanar ou minimizar as causas das reclamações	(**)	(**)

DEMONSTRAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL
Informação Complementar -- continuação

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
MEIO AMBIENTE (R\$ mil)		
Investimentos em coleta e tratamento de Esgotos Sanitários e Resíduos Sólidos	244.038	183.627
Custos e gastos com a coleta e tratamento de Esgotos Sanitários e Resíduos Sólidos	163.856	151.465
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	4.586	4.046
Multas e indenizações	508	85
Passivos Ambientais (Investimentos a realizar em Unidades Operacionais)	217.091	117.462
Processos Ambientais, Administrativos e Judiciais Contabilizados (Un)	251	183
INDICADORES DOS SISTEMAS DE ESGOTOS	(*)	(*)
Ligações de Esgoto (Un)	1.372.520	1.287.209
Volume de Esgoto Coletado (m ³)	263.555.385	245.160.635
Volume de Esgoto Tratado (m ³)	261.616.986	241.042.586
Redes de Esgoto (km)	23.867	22.182
Lodo de Esgoto Tratado/Reaproveitado (T)	29.971	24.988
População Atendida com Rede de Esgoto (Un)	5.756.942	5.443.644
População Atendida com Rede de Esgoto (%)	62,1%	60,4%
Esgoto Tratado/Coletado (%)	99,3%	98,3%

(*) Dados extraídos de fontes não contábeis, porém de sistemas informatizados integrados aos controles internos da Companhia.

() Principais ações de melhorias desenvolvidas para aprimorar o relacionamento Cliente x Sanepar:**

- Implementação do sistema de gerenciamento de filas de atendimento nas agências de relacionamento com os clientes dos sistemas de Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu, Cascavel, Ponta Grossa, Umuarama, Matinhos, Guaratuba, Pontal do Paraná, Campo Mourão, Cambé, Jacarezinho e nas agências de relacionamento localizadas na praça Rui Barbosa e na Rua da Cidadania do Pinheirinho em Curitiba, permitindo o atendimento a Lei de Acessibilidade e a melhoria da qualidade de atendimento dispensado aos clientes;
- Manutenção da entrega da conta em braille para os clientes com deficiência visual;
- Treinamento dos agentes comerciais que atuam diretamente no relacionamento com o cliente, visando o contínuo aprimoramento do atendimento dispensado ao cliente;
- Realização de pesquisa de satisfação para o segmento residencial e não residencial, com vistas a avaliar a qualidade dos serviços prestados e direcionar o desenvolvimento de planos de ações de melhoria;
- Elaboração e padronização de materiais de comunicação voltados ao relacionamento do cliente com a Sanepar;
- Aprimoramento do sistema de apoio ao relacionamento com o cliente, com o propósito de melhorar continuamente o relacionamento da Sanepar com seus clientes;
- Disponibilização de opção para o recebimento do relatório anual da qualidade da água por email, no site da Sanepar;

DEMONSTRAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL
Informação Complementar --continuação

- Participação em eventos da sociedade voltados a promoção da saúde, cultura e da cidadania, por meio do fornecimento de 19.078 caixas de copos de água, o que equivale a mais de 915.000 copos de água;
- Implementação de uma nova agência de relacionamento com o cliente na Rua da Cidadania da Matriz em Curitiba;
- Adequação da conta da água para conter dados históricos dos pagamentos efetuados nos últimos 24 meses e disponibilização no site da Sanepar da emissão da Declaração Anual de Quitação de Débitos;
- Manutenção dos convênios com a rede alternativa, através de contrato direto com estabelecimentos comerciais para o recebimento da conta mensal de serviços de água e esgoto;
- Manutenção do preço especial para a ligação de esgoto de 4 polegadas;
- Implantação do novo Sistema de Atendimento da Ouvidoria no site da Sanepar, com vistas a promover mais um canal de relacionamento com o mercado consumidor, garantindo um atendimento ágil e de qualidade;
- Campanhas sobre a importância do uso racional da água, vislumbrando à conscientização dos clientes da Sanepar quanto a necessidade de economia na utilização do serviço de abastecimento.

DIRETORIA E CONTADOR

DIRETORIA EXECUTIVA

Em 31 de Dezembro de 2010

Hudson Calefe (Diretor-Presidente)

Heitor Wallace Espínola de Mello e Silva (Diretor Financeiro)

Wilson Barion (Diretor de Operações)

Erivelto Luiz Silveira (Diretor de Meio Ambiente e Ação Social)

Evandro Marcos Dalmolin (Diretor Administrativo)

Eduardo Felipe Guidi (Diretor de Investimentos)

Cesar Augusto Seleme Kehrig (Diretor Comercial)

Cezar Eduardo Ziliotto (Diretor Jurídico)

Umberto Crispim de Araújo (Diretor de Relações com Investidores)

A partir de 04 de Janeiro de 2011

(Eventos Subsequentes – Nota Explicativa às Demonstrações Contábeis nº 32)

Fernando Eugênio Ghignone (Diretor-Presidente)

Paulo Alberto Dedavid (Diretor de Operações)

Dirceu Wichnieski (Diretor Financeiro)

João Martinho Cleto Reis Júnior (Diretor de Investimentos)

Péricles Sócrates Weber (Diretor de Meio Ambiente e Ação Social)

Antonio Hallage (Diretor Administrativo)

Antonio Carlos Salles Belinati (Diretor Comercial)

Ramon de Medeiros Nogueira (Diretor Jurídico)

Ezequias Moreira Rodrigues (Diretor de Relações com Investidores)

CONTADOR

Antonio Moacir Pozzobon

Gerente Contábil

Contador CRC-PR 20.423/O-0